



ATA MAIO/2023 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – PETRÓPOLIS/RJ

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, realizada no dia 11 de maio de 2023, às 18h, no Auditório da Casa dos Conselhos Augusto Ângelo Zanatta, situado à Avenida Koeler, 260 - Centro, Petrópolis, RJ.

1 Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às dezoito
2 horas, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, convocado por
3 meio do Diário Oficial nº 6658, de nove de maio de dois mil e vinte e três, no
4 Auditório da Casa dos Conselhos Augusto Ângelo Zanatta, Centro de
5 Petrópolis. Com a presença das senhoras conselheiras: ADRIANA PEREIRA
6 DA CUNHA DE MENDONÇA SALIM, ALINE DE CARVALHO LIMA, ANDREA
7 VIEIRA AREAS, AUREA GONÇALVES DA SILVA, AYANE ROCHA DE
8 SOUZA, CAMILA ZAIDEN REMPTO, CARLA MARIA DE ANDRADE FREITAS
9 BRITO, CLAUDIA RESPEITA DA MOTTA, DENIZE MILITAO DA SILVA DE
10 CAMPOS, ELSIE ELEN LOUREIRO DE CARVALHO, FLÁVIA VALADARES
11 DE ARAÚJO, KAROLINE VICTÓRIA CERQUEIRA DOS SANTOS, LETÍCIA
12 RODRIGUES PLÍNIO, LUCIANA APARECIDA ALVES BLATT, MARIA
13 AUXILIADORA PIRES RIBEIRO, MARIA CRISTINA DOS SANTOS SILVA,
14 MARIA DA GRAÇA GONÇALVES LIMA, MARIA DE FÁTIMA DA SILVA,
15 MARIA DE LOURDES THOMAZ DE SOUZA, MARIZA ALVES DE FARIA,
16 MICHELE DO VALLE HOELZ, ROSINA BEZERRA DE MELLO SANTOS
17 ROCHA, SHIRLEI SOUZA RAMOS, SONIA CRISTINA DA SILVA FURTADO,
18 SUELEN ABREU AGASSIS RIBEIRO, THAIS JUSTEN GOMES, VERÔNICA
19 FRANCISCO MARCOLINO, VIVIAN CARREIRO, VIVIANE MARQUES DE
20 MENEZES FIDELIS. Também estavam presentes, Daniela Freitas, Camila
21 Tavares, Daniela Brum, Fernanda Fadel, GCM Subcomandante Magali Artis,
22 GCM Aline Mendes, GCM Cristiane Lourenço, Carla Cavalcante, Livia Miranda
23 e a vereadora Julia Casamasso. A reunião teve como pauta publicada: 1)
24 Aprovação das Atas de março e abril; 2) Campanha Maio Furta-Cor, porque
25 saúde mental materna importa; 3) Mudanças na Lei Maria da Penha; 4) Evento
26 para o Dia das Mães, homenageando as líderes comunitárias do município; 5)
27 Apresentação do Projeto Patrulha Maria da Penha - GCM; 6) Proposta de
28 seminário para debater a situação dos encarcerados e seus familiares; 7)
29 Informe das Comissões; 8) Assuntos Gerais; 9) Definição da pauta da próxima
30 reunião ordinária, sem prejuízo de inclusões posteriores que se fizerem
31 necessárias. A Presidente Luciane Bomtempo, justificou sua ausência, pois
32 tinha uma outra agenda na mesma data e horário. A Conselheira Diana Iliescu,
33 justificou a sua ausência, via whatsapp, por problemas de saúde e sua

34 suplente, Cristiane Monteiro, justificou sua ausência, via whatsapp, por estar
35 acompanhando familiar com enfermidade. A Conselheira Ângela Alcântara,
36 justificou sua ausência, via WhatsApp, por problemas de saúde. A Conselheira
37 Simone Izidio, justificou sua ausência, via WhatsApp. A Conselheira Joana
38 Darque, justificou sua ausência, via WhatsApp. A Vice-Presidente Viviane
39 Marques deu início à reunião às dezoito horas e trinta minutos, após
40 cumprimentar e agradecer a presença de todos. Como primeiro ponto de pauta,
41 Aprovação das Atas de março e abril, a Conselheira Karoline Cerqueira
42 colocou em votação a aprovação das atas dos meses de março e abril, porém
43 explicou que algumas Conselheiras do governo, incluindo a Presidente, não
44 conseguiram ler as atas, e gostariam que as mesmas ficassem para serem
45 aprovadas na próxima reunião. Todas as conselheiras presentes concordaram
46 que as atas de março e abril fiquem para aprovação na reunião de junho.
47 Houve uma inversão de pauta durante a reunião e o item 2, foi apresentado
48 mais adiante, após o item 6. No item 2 da pauta, Daniela Freitas do Projeto
49 Reage Mãe, fez a apresentação da Campanha Maio Furta-Cor, porque a
50 maternidade é de todos nós, e a saúde materna importa, principalmente a
51 mental. Daniela Freitas disse que maio é o mês referência, mas este programa
52 precisa ser tratado durante todo o ano. A psicóloga Camila Tavares,
53 representante da saúde mental materna há três anos, disse que abraçou a
54 causa para cuidar dessas mulheres. Camila disse que esta campanha é para
55 falar da saúde mental materna, o principal objetivo é levar informação à
56 sociedade, o Maio Furta-Cor é uma campanha comunitária, sem fins lucrativos,
57 democrática e não partidária, que visa realizar suas conscientizações ao longo
58 de todo o mês de maio e este mês foi escolhido, por causa do Dias das Mães,
59 o foco é cuidar das mães, em todas as áreas maternas, principalmente nos
60 presentes índices de depressão, ansiedade, esgotamento e suicídio. Camila
61 explicou que a depressão pós-parto pode aparecer até dois anos após o parto.
62 O nome Furta-Cor foi escolhido, pois a cor furta-cor é uma cor, cuja a
63 tonalidade se altera de acordo com a luz que recebe, não havendo cor
64 absoluta. A Campanha Maio Furta-Cor realiza a busca parcerias para promover
65 palestras, rodas de conversas, entrevistas, lives, marchas, caminhadas, roda
66 de dança mamãe e bebê, entre outras ações. Disse que no dia 20 de maio
67 acontecerá uma ação na Praça da Liberdade, para levar informações às
68 pessoas. A campanha nasceu em 2021, devido à pandemia da COVID 19, por
69 causa do isolamento, trabalhos em home Office, que sobrecarregaram muito as
70 mulheres, aumento no número de feminicídio, que contribui muito como fatores
71 para o aumento de saúde mental materna. Camila disse que a saúde mental
72 materna é um problema de saúde pública, trazendo dados estatísticos
73 conforme o Painel de Dados de Monitoramento da Mortalidade Materna, onde
74 citou que em 2021 a cada 100 mil nascimentos, o Brasil teve uma média 107
75 de mortos de puérperas, nos primeiros 42 dias após os partos. Um aumento de
76 quase 95% no número de óbitos maternos e 258% maior do que a meta
77 proposta. Considerando estudos mundiais, estima-se que 3,7 mulheres se
78 suicidam no pós-parto a cada 100.000 nascidos vivos, entre outros dados. A
79 proposta é que esta campanha se torne lei, o que beneficiaria as crianças
80 também, pois a saúde mental materna, afeta muito as crianças, uma vez que
81 mães vivendo com depressão apresentam menos estímulos sensoriais,
82 cognitivos e afetivos aos filhos. Qualquer cidadão pode participar da campanha
83 Maio Furta-Cor, as empresas são bem-vindas para abraçar a causa, sendo a
84 campanha gratuita, voluntária, espontânea, inclusiva, democrática, horizontal,
85 laica, desburocratizada, descentralizada, social, apartidária, transdisciplinar e
86 colaborativa. Não será autorizada qualquer cobrança pelas ações

87 desenvolvidas em nome da campanha. Os três objetivos principais da
88 campanha, sensibilizar a população sobre a saúde mental materna, levar
89 informação para a sociedade e trazer a sociedade para abraçar a campanha;
90 promover a conscientização através de rodas de conversas, marchas como já
91 ocorre em outros municípios sugeriu que seja estimulado a construção de
92 políticas públicas de saúde, através de projetos de lei que institua o Maio Furta-
93 Cor como estratégia de política pública da saúde de mulheres mães. Daniela
94 Brum, representante do gabinete do deputado estadual, Yuri, disse que após
95 reunião sobre a Campanha Maio Furta-Cor, juntamente com a secretaria de
96 saúde para ver de que forma pode ser viabilizado uma campanha mais
97 abrangente para 2024, visto que, para este ano a elaboração da campanha
98 ficou com um prazo muito curto. Daniela Brum disse que protocolou através do
99 vereador Gil Magno, um projeto de lei, que institui no município de Petrópolis a
100 Campanha Maio Furta-Cor e que entre para o calendário anual do município e
101 que conta com os vereadores para a aprovação do projeto, entendendo a sua
102 importância. A Conselheira Karoline Cerqueira agradeceu pela apresentação e
103 solicitou às Conselheiras representantes da saúde, para verificar como está
104 essa campanha no município, trazendo uma devolutiva ao Conselho. Daniela
105 Freitas disse que existem relatos de gestantes que tiveram crises de ansiedade
106 no parto e foram submetidas a cirurgias de cesarianas por não terem tido
107 acompanhamento. A vereadora Júlia Casamasso disse que o contexto mãe, é
108 uma pauta muito importante, que já foram aprovadas 3 leis em seu mandato,
109 para mães, visando a saúde mental sobre amamentação. Um projeto de lei
110 permitindo a livre amamentação em locais públicos, para evitar
111 constrangimentos; o segundo projeto de lei, sobre as salas de amamentação
112 nas empresas, para que essa mãe possa voltar para o mercado de trabalho e
113 também a campanha do incentivo à amamentação juntamente com o agosto
114 dourado. Concluindo a sua fala, a vereadora Julia Casamasso, firmou o
115 compromisso em apoiar a proposta de lei da Campanha do Maio Furta-Cor,
116 porque a maternidade faz com que se enxergue o mundo. A Vice-Presidente
117 Viviane Marques, se colocou à disposição do projeto Reage Mãe, para sempre
118 que houver pauta, o Conselho estará de portas abertas para ouvi-las. O item 3
119 da pauta, a Conselheira Thaís Justen fez a apresentação sobre as mudanças
120 na Lei Maria da Penha que aconteceram recentemente e que geraram algumas
121 dúvidas entre as Conselheiras. Thaís iniciou sua apresentação frisando que, o
122 foco da Lei Maria da Penha, é proteger a mulher, e não necessariamente punir
123 o agressor. Estas mudanças aconteceram, pois, o Brasil foi condenado
124 internacionalmente, onde um grupo de mulheres da sociedade civil organizada,
125 pesquisadores, várias instituições e ong's, pessoas que eram ligadas na
126 discussão da pauta, moveram uma ação internacional processando o país,
127 utilizando o caso Maria da Penha, como um paradigma para que houvesse a
128 mudança na lei, pois entende-se que o Brasil é um dos piores países para uma
129 mulher habitar. Thaís explicou que a penalidade aplicada ao país, é que o país
130 crie uma legislação que seja mais protetiva, que seja melhor para as mulheres.
131 Segundo Thaís, quando houve a condenação do país, este mesmo movimento
132 que se uniu para processar o país a nível internacional, se uniu para elaborar a
133 lei, para se pensar em como seria um sistema de direitos e garantias para as
134 mulheres, ao invés de ser uma lei somente para punir os agressores. O projeto
135 da Lei Maria da Penha, durou muitas audiências, até ser regulamentada, onde
136 prevê muitas ações pela causa, como campanhas, divulgação, palestras, roda
137 de conversa, não somente a punição do agressor. Thaís explicou que o
138 judiciário em suas burocracias, acabou distorcendo em partes o objetivo da lei,
139 entendendo que o cumprimento da medida protetiva só era para ser feito com

140 base no gênero, por qualquer outra questão, como separação de bens, briga
141 entre irmãos, por exemplo, onde houvesse agressão, não seria aplicada a
142 medida protetiva, pois entendia-se que não se tratava de violência contra a
143 mulher. A primeira mudança citada por Thais, foi sobre medidas protetivas, a
144 mulher tem direito à medida de proteção independentemente da situação, sem
145 ser necessariamente uma violência com base no gênero. A segunda mudança,
146 de acordo com Thais, é que somente era caracterizado crime de violência
147 contra a mulher, os casos de violência física, o que dificultava durante um
148 registro policial. A ameaça de retirada de guarda dos filhos, conota crime de
149 violência psicológica, onde o cônjuge ameaça tirar a guarda dos filhos,
150 alegando injúrias contra a mulher. Antes a ideia do judiciário, era que a vítima
151 reunisse o maior número de provas, como fotos, gravações, fotos, testemunhas
152 e etc, para pedir a medida protetiva, porém com essa alteração, a mulher
153 precisa provar para que o agressor seja punido, mas para que ela seja
154 defendida e tenha medida protetiva, não há mais a necessidade de ter provas.
155 Thais concluiu dizendo que a discussão pelos direitos, vai sendo construídos a
156 partir da pressão popular, e com isso, todos precisam conhecer a lei para fazer
157 cumprir. A Conselheira Maria da Graça, perguntou se em caso de filhos e
158 sobrinhos, se a mulher não quiser fazer a denúncia de violência, se outra
159 pessoa pode fazer. A Conselheira Thais Justen disse que uma terceira pessoa
160 não pode solicitar medida protetiva para a vítima, mas pode fazer a denúncia
161 através do Disque 180, Central de atendimentos 24 horas para Denúncias do
162 Ministério Público. A Vice-Presidente Viviane Marques disse que é muito
163 importante o trabalho que a Conselheira Thais Justen realiza, enquanto
164 Coordenadora do CRAM, enaltecendo o trabalho de Thais nas comunidades,
165 convidando a todos, sociedade civil e governo, para participarem dos cursos
166 esclarecedores sobre violência da Mulher; agradecendo a presença também,
167 da vereadora Julia Casamasso. O item 4 da pauta, a Vice-Presidente Viviane
168 Marques disse que esse ponto de pauta foi sugerido pela conselheira Cintia
169 Maria da Silva, o Evento para o Dia das Mães, homenageando as líderes
170 comunitárias do município, tem em sua programação, sugestões de passeios
171 com as líderes comunitárias nos pontos turísticos do município, um dia de SPA,
172 café da manhã e almoço especial. A Conselheira Mariza Alves sugeriu uma
173 barraca de flores na praça. A Conselheira Luciana Blatt disse que poderia
174 contribuir com massagem de relaxamento e a conselheira Graça faria
175 higienizações faciais, e poderia ser doado o sorteio de um spa na clínica onde
176 trabalha. A Conselheira Karoline Cerqueira disse que a demanda foi recebida
177 pelo Poder Público e que estará em diálogo com a Vice-Presidente para
178 organizar a data e as ações que serão realizadas. No item 5 da pauta, a GCM
179 Subcomandante Magali Artis, que recebeu o convite da Presidente deste
180 conselho, Luciane Bomtempo, para colocar em prática o projeto da Patrulha
181 Guardiã Maria da Penha. Magali fez a Apresentação do Projeto Patrulha Maria
182 da Penha – GCM, onde disse que a Lei Maria da Penha foi criada em 2006, e
183 em 2019, o município de Petrópolis criou a Patrulha Guardiã, que nunca saiu
184 do papel. De acordo com Magali, o Prefeito Rubens Bomtempo, juntamente
185 com a Presidente do COMDIM, Luciane Bomtempo, solicitaram que lhes fosse
186 apresentado esse projeto. O projeto visa no atendimento 24 horas por dia, para
187 as vítimas de violência doméstica, disse que a lei de criação prevê o
188 alinhamento da rede, estando em trabalho conjunto com o judiciário, a polícia
189 militar, a policia civil, para um melhor acolhimento à vítima com o apoio do
190 CRAM. Hoje este patrulhamento está contido dentro da sede da Guarda Civil
191 Municipal, com um grupamento de 10 (dez) guardas, sendo 4 mulheres e 6
192 homens. Magali explicou que no primeiro atendimento, não é permitido atender

193 sem a presença de um guarda civil municipal feminino, para garantir a
194 segurança e confiança da vítima, a operação noturna conta com o apoio de 2
195 GCM's masculino, para manter a segurança também das GCM's femininas,
196 pois a incidência dos chamados é maior na parte da noite. A central de
197 atendimento da Guarda Municipal é 153. A Conselheira Thaís Justen falou
198 sobre a importância de trabalhar em rede e também a divulgação para a
199 população. A GCM Subcomandante Magali Artis disse que na última reunião foi
200 criada uma comissão de Trabalho da Patrulha Maria da Penha e que este
201 grupo estaria com a proposta de se reunirem para discutir as pautas do projeto
202 de lei e disponibilizar para o conselho este projeto. O item 6 da pauta, A Vice-
203 Presidente Viviane Marques disse que este ponto de pauta, sobre realizar um
204 seminário para debater a situação dos encarcerados e seus familiares, foi
205 sugerido pela conselheira Ângela Alcântara, que justificou sua ausência por
206 problemas de saúde, e por este motivo, este ponto de pauta ficará para uma
207 próxima reunião. O item 7 da pauta, sobre o Informe das Comissões, a
208 Conselheira Karoline Cerqueira, perguntou quais comissões teriam informes
209 para apresentar ao Conselho. A Conselheira Flávia Valadares informou que a
210 Comissão sobre Pobreza Menstrual trouxe uma proposta sobre a apresentação
211 de um projeto de lei que dispõe sobre a política municipal de combate a
212 pobreza menstrual no município de Petrópolis, este projeto de lei foi retirado de
213 um projeto já existente no município de São Paulo, que institui vários aspectos
214 para falar sobre a questão da pobreza menstrual, tabus, dignidade menstrual, e
215 nesse projeto prevê também, a Semana da Pobreza Menstrual na última
216 semana de maio, com arrecadação e distribuição de absorventes e panfletos
217 nas escolas. A Conselheira Ayane de Souza propôs o dia 28 de maio para esta
218 ação e sugestão de pauta para a próxima reunião, a discussão deste projeto de
219 lei. A Conselheira Karoline Cerqueira falou que não está sendo seguido, as
220 reuniões das comissões que já estão completas, e a partir destas, chegam ao
221 conselho, propostas, questionamentos e projetos que ajudam na construção de
222 políticas públicas para as mulheres, e vê a necessidade de ser montado um
223 calendário de reuniões dessas comissões, para aconteçam as reuniões e o
224 conselho continue avançando. Karoline falou sobre a Comissão de alteração da
225 lei, pois foram marcadas algumas reuniões, porém precisaram ser
226 desmarcadas por questões de agenda e problemas de saúde das conselheiras,
227 mas que já perceberam que nessa alteração precisa ser construída uma
228 cadeira para a secretaria da Mulher que será criada em breve. Ficou agendada
229 durante esta reunião, a próxima reunião da Comissão de alteração da lei, para
230 o dia 17 de maio, às 17 horas, no formato presencial, na casa dos conselhos.
231 Em Assuntos Gerais, item 8 da pauta, a Vice-Presidente Viviane Marques
232 perguntou sobre a devolutiva das Cozinhas Comunitárias, se foram visitadas,
233 se existe previsão de reabertura. Viviane também sugeriu que a comissão de
234 pesquisa se reúna e traga dados estatísticos sobre o número de encarcerados
235 que residiam no município de Petrópolis antes de serem privados de liberdade,
236 porém que seus familiares ainda residem no município, quantos menores estão
237 em casas de detenção. A Conselheira Rosina Bezerra disse que soube a partir
238 de conselheiros do COMSEA, que eles estão com uma proposta sobre as
239 Cozinhas Comunitárias, citando que na penúltima reunião do COMCIDADE, o
240 COMSEA apresentou de um projeto sobre as Cozinhas Comunitárias. A
241 Conselheira Denise Militão disse que as três Cozinhas existentes, estão
242 desativadas, mas que estão em discussão no Conselho Municipal de
243 Segurança Alimentar Nutricional e Sustentável - COMSEA, a importância da
244 reativação das Cozinhas Comunitárias juntamente com o Banco de Alimentos,
245 principalmente pós-pandemia da COVID-19. A conselheira Camila Rempto

246 sugeriu que um representante do COMSEA participe da reunião deste
247 conselho, para melhores esclarecimentos de dúvidas deste conselho. Livia
248 Miranda sugeriu uma campanha para divulgação da Patrulha Maria da Penha,
249 pois de acordo com Livia, por vezes o disque 180 não funciona de forma eficaz,
250 onde a patrulha da Polícia Militar não comparece ao local chamado. A
251 conselheira Maria de Fátima complementou que nos eventos culturais do
252 município, que tenha um espaço para o Conselho, para divulgação dos Direitos
253 da Mulher com distribuição de folhetos, folders e orientações, da mesma forma
254 que é feito com o CMDCA. A Conselheira Verônica Marcolino disse que
255 precisaria ver na secretaria de Turismo, junto ao setor de eventos, a
256 possibilidade desta parceria para divulgação. A conselheira Ayane de Souza
257 perguntou sobre o cartão de passagem para as conselheiras e informou sobre
258 o Congresso da UNE – União Nacional dos Estudantes, que acontecerá em
259 julho em Brasília – DF, e caso alguém tenha interesse em participar, entrar em
260 contato com ela. A Conselheira Karoline Cerqueira disse que levará a sugestão
261 da conselheira Maria de Fátima ao gabinete para tentar atender a demanda.
262 Respondendo à pergunta de Ayane, Karoline disse que ainda está em análise e
263 que o assunto já está sendo discutido em outros conselhos também. A
264 conselheira Karoline Cerqueira sugeriu que seja aberto um novo edital de
265 chamamento para preencher as vagas da Sociedade Civil que ainda estão
266 pendentes, sendo (01) um representante de Ensino Acadêmico Superior e (01)
267 um representante de Associação de Moradores, todas as conselheiras
268 aprovaram por unanimidade a abertura de um novo edital. Karoline também
269 perguntou à secretária executiva sobre o ofício ao gabinete do prefeito,
270 solicitando a alteração do artigo 40 do Regimento Interno do Conselho. A
271 secretária Executiva disse que o ofício já foi feito e está em tramitação. No item
272 09 da pauta, ficou sugerido como ponto de pauta para a próxima reunião, o
273 item 6 dessa pauta que seria apresentado nesta reunião, onde sugere-se a
274 realização de um seminário para debater a situação dos encarcerados e seus
275 familiares; Informe das Comissões; Convidar um representante do COMSEA
276 para trazer para o COMDIM, informações sobre as Cozinhas Comunitárias.
277 Devolutiva sobre os cartões de passagens para as Conselheiras; Devolutiva
278 para a sugestão da Conselheira Maria de Fátima, para que o COMDIM faça
279 divulgações nos eventos culturais do município. Após o último item desta
280 pauta, foi feita uma homenagem à todas as mães presentes nesta reunião.
281 Nada mais havendo a tratar, a Vice-Presidente Viviane Marques encerrou a
282 reunião às vinte horas e quinze minutos, agradecendo a participação de todas.
283 Essa ata segue lavrada e assinada por mim, Gisele Cristina de Paula Moreira,
284 Secretária Executiva e pela Vice-Presidente, Viviane Marques.

Gisele Cristina de Paula Moreira
Secretária Executiva do COMDIM

Viviane Marques de Menezes Fidelis
Vice-Presidente do COMDIM